

Antes que 1995 amanheça

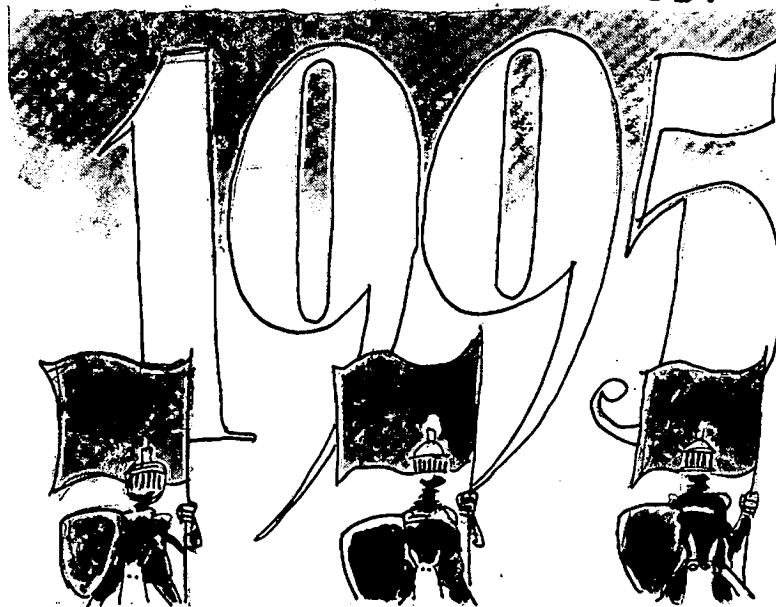
PAULO R. HADDAD

31 OUT 1994

O Plano Real terá que enfrentar três grandes desafios antes que se inicie o novo ano, a fim de que possa avançar as primeiras conquistas no seu combate à inflação: equacionar o déficit potencial previsto para 1995; evitar a aceleração inflacionária neste último trimestre de 1994; e definir as regras da política econômica para a primeira etapa da nova administração.

Em primeiro lugar, como parte da própria lógica conceitual do plano, não se pode admitir que se inicie o ano fiscal de 1995 com a expectativa de que há um déficit potencial no Orçamento Geral da União equivalente ao nível atual da base monetária do País, conforme as projeções oficialmente anunciadas. Os agentes econômicos sabem que este déficit acaba por ser financiado, de uma forma ou de outra, por algum mecanismo direta ou indiretamente inflacionário e passam a incorporar em suas decisões de hoje as expectativas inflacionárias de amanhã. As perdas de receitas tributárias com a extinção do IPMF, com a redução do IOF a partir da remonetização normal da economia e com a diminuição das alíquotas de importação induzem o governo à necessidade de tomar decisões, as mais rápidas possíveis, para o equilíbrio das contas públicas de 1995.

Por outro lado, foram corretas as recentes decisões de restringir os limites de crédito



O GOVERNO TEM DE
CONTINUAR A LUTA DE CORPO
A CORPO CONTRA OS MOVIMENTOS
ESPECULATIVOS DE PREÇOS

líquido disponível para o financiamento do consumo, uma vez que, mais por cultura inflacionária e menos por razões de mercado, os empresários começaram a responder à expansão de demanda deste final de ano com aumentos abusivos de preços. O governo tem de continuar a luta de corpo a corpo contra os movimentos especulativos de preços, uma vez que as principais medidas tomadas (liberação tarifária e não-tarifária de importações, legislação de defesa da concor-

rência, etc.) somente terão reflexos nos índices inflacionários de maneira defasada no tempo. De outra forma, pode se caracterizar a formação de um suave e persistente processo inflacionário, que acaba por trazer de volta os mecanismos informais de indexação.

Finalmente, mas não por fim, é absolutamente essencial, para que os empresários possam estabelecer as suas atividades de planejamento para 1995, que sejam definidas, além de uma agenda de refor-

mas institucionais, as regras da política monetária e da política cambial que deverão prevalecer a partir do início da próxima administração. Não adianta sinalizar que tudo vai permanecer como está, pois como está não está bem. O Real não pode continuar valorizado ou se valorizando ainda mais ao longo do próximo ano sem deixar de comprometer o desempenho do nosso segmento exportador. Por falta de um mecanismo de conversibilidade, a confiança na nova moeda não pode depender de metas imprecisas de expansão de agregados monetários que variam ao sabor dos resultados constatados a posteriori. É preciso lembrar, também, que, na ausência de regras estáveis de conversibilidade, a confiança na nova moeda depende da confiança em quem a emite e que, portanto, cabe ao Banco Central criar o clima de austeridade monetária e financeira indispensável a um processo de estabilização duradoura.

Enfim, não haverá vento favorável ao Plano Real em 1995, se não se estiver bem definido aonde se quer chegar e que instrumentos acionar para lá chegar.

O AUTOR

Paulo R. Haddad
é economista
e ex-ministro da
Fazenda e
Planejamento

